

§ 1. A gênese das religiões.

Nas origens, o comportamento comunitário com motivação religiosa ou mágica está voltado para este mundo. — A crença nos espíritos. — Gênese das forças supra-sensíveis. — Naturalismo e simbolismo. — Mundo dos deuses e deuses funcionais. — Culto dos antepassados e sacerdócio doméstico. — Deuses de agremiações políticas e deuses locais. — Monoteísmo e religiosidade quotidiana. — Universalismo e monoteísmo. — Coacção dos deuses, magia e culto.

É impossível definir o que «é» a religião no começo de um estudo como aquele que se segue. Quando muito, essa definição poderia aparecer no final. Aliás, nós não temos de modo algum que tratar da «essência» da religião, mas sim das condições e dos efeitos de um determinado tipo de comportamento comunitário, que, também no nosso caso, só se consegue compreender a partir das experiências subjectivas, das concepções e das finalidades dos indivíduos — ou seja, a partir do «sentido» —, uma vez que esse comportamento reveste formas exteriores extremamente diversas.

O procedimento que obedece a motivações religiosas ou mágicas é, na sua forma primitiva, voltado para *este mundo*. É «para que passes bem e vivas por muito tempo na Terra» que devem ser praticadas as acções prescritas por razões religiosas ou mágicas. Mesmo práticas extraordinárias, sobretudo por se tratar de um povo urbano, como os sacrifícios humanos nas cidades marítimas da Fenícia ainda eram cumpridas sem qualquer espécie de expectativa

no Além. De resto, o procedimento motivado pela religião ou pela magia é, precisamente na sua forma primitiva, um comportamento pelo menos relativamente racional: mesmo que não seja uma maneira de agir consoante meios e fins, obedece, contudo, a regras ditadas pela experiência. Tal como o girar do pau faz saltar a faísca da madeira, assim também a mímica «mágica» do entendido atrai a chuva do céu. E a faísca gerada pela rotação do pau é um produto exactamente tão «mágico» como a chuva originada pelas manipulações do fazedor de chuva. Não há, pois, que apartar de maneira nenhuma nem o procedimento nem o pensamento religioso ou mágico da esfera das acções úteis do dia-a-dia, tanto mais que até os seus próprios fins são predominantemente de ordem económica. Só nós, do ponto de vista da nossa concepção actual da Natureza, é que poderíamos fazer aí uma distinção entre imputações causais objectivamente «correctas» e «incorrectas», e encarar estas últimas como irracionais, designando o correspondente procedimento como «feitiçaria». Por seu lado, quem age no plano mágico apenas estabelece, num primeiro tempo, uma diferença entre os fenómenos em função da sua maior ou menor trivialidade. Não é, por exemplo, uma pedra qualquer que se pode utilizar como feitiço. Não é uma pessoa qualquer que tem a capacidade de entrar em êxtase e, portanto, de provocar aqueles efeitos de ordem meteorológica, terapêutica, divinatória, telepática, dos quais se sabe por experiência que somente podem ser alcançados nesse estado. Nem sempre é apenas a essas virtudes *fora do comum*, mas é principalmente a elas que se aplicam nomes particulares como *mana*, *orenda* e, entre os Iranianos, *maga* (donde, mágico). Aqui, vamos designá-las de uma vez por todas pelo nome de «carisma».

O carisma tanto pode ser um dom — e é somente nesse caso que é digno de tal nome na sua plena acepção — que se prende, simplesmente, ao objecto ou à pessoa que por natureza o possui, e que não se pode adquirir de maneira nenhuma, como pode e deve ser artificialmente comunicado ao objecto ou à pessoa por quaisquer meios — naturalmente, extraordinários. Tal comunicação pressupõe que as faculdades carismáticas não podem, na verdade, ser criadas em nada nem em ninguém que não as possua de forma embrionária, mas que esse germe permanecerá latente se não for levado a

desenvolver-se, se não se «despertar» o carisma — por exemplo, através da «ascese». Todas as formas da doutrina religiosa da graça, desde a *gratia infusa* à estrita justificação pelas obras, estão, assim, potencialmente decididas nesse estágio. Esta concepção estritamente naturalista (ultimamente designada como pré-animista) persiste obstinadamente na religiosidade popular. Nenhuma decisão conciliar estabelecendo a distinção entre a «adoração» de Deus e a «veneração» pelas imagens dos santos, consideradas como meros instrumentos da devoção, conseguiu impedir que no Sul da Europa, ainda hoje, se responsabilize a própria imagem do santo e se lhe cuspa em cima quando, apesar das manipulações usuais, o resultado pretendido não aparece.

Mesmo assim, já se deu aí, na maior parte dos casos, uma abstracção que só é simples em aparência: a concepção de quaisquer entidades que se escondem «por trás» do comportamento dos objectos naturais, dos artefactos, dos animais, dos homens dotados de carisma, e que de algum modo determinam esse comportamento. Ou seja, a *crença nos espíritos*. O «espírito» não é, para já, nem alma, nem demónio, nem muito menos deus, mas aquela coisa indeterminada, concebida como material e, não obstante, invisível, como impessoal e, contudo, dotada de uma espécie de vontade, que proporciona ao ente concreto a sua eficácia específica. Esse algo indefinido pode penetrar num ser determinado e também pode, de algum modo, tornar a sair dele — do instrumento, que se torna inutilizável, do feiticeiro, cujo carisma falha — para o nada ou para se meter numa outra pessoa ou num outro objecto.

Não parece demonstrável que as condições económicas gerais sejam condição prévia para a evolução que leva à crença nos espíritos. O que mais favorece esta, como toda a abstracção neste campo, é o facto de os carismas «mágicos» só serem possuídos por pessoas especialmente qualificadas, tornando-se, por isso mesmo, a base da mais antiga de todas as «profissões», a de feiticeiro profissional. O mágico é o homem permanentemente qualificado em termos carismáticos, por oposição ao homem vulgar, ao «leigo» no sentido mágico do termo. Nomeadamente, porque reivindicou para si, como objecto de um «empreendimento», o estado que, especificamente, representa ou proporciona o carisma: o *êxtase*. Para o leigo,

o êxtase apenas é acessível enquanto fenómeno ocasional. A forma social em que este se dá, a *orgia*, é a forma primordial da comunhão religiosa. Em contraste com o exercício racional da magia, é uma acção ocasional, comparada com o «empreendimento» contínuo do feiticeiro, que é indispensável para a sua direcção.

Forçosamente, dadas as necessidades da vida quotidiana, o leigo apenas conhece o êxtase como uma embriaguez ocasional. Para a provocar são utilizadas todas as bebidas alcoólicas, assim como o tabaco e narcóticos similares, que, primitivamente, serviam todos para fins orgiásticos. Além disso, recorre-se sobretudo à música. A maneira como são empregados esses meios constitui, a par da influência racional exercida sobre os espíritos no interesse da economia, o segundo tema importante — embora secundário no plano do seu desenvolvimento histórico — da arte do feiticeiro, a qual tende por natureza a tornar-se, quase em toda a parte, uma doutrina secreta.

Com base nas experiências obtidas [pelo feiticeiro] em estados orgiásticos e, com certeza por todo o lado, em grande medida por influência da sua prática profissional, começa a dar-se a evolução do pensamento no sentido de conceber a «alma» como um ente distinto do corpo, que estaria presente atrás, junto ou dentro dos objectos naturais, tal como no corpo humano está metido algo que, no sonho, no desmaio, no êxtase e na morte, o abandona. Não podemos tratar aqui das diferentes possibilidades de relacionamento entre essas entidades e as coisas, atrás das quais se escondem ou com as quais estão de algum modo ligadas. Elas podem «habitar», de modo mais ou menos duradouro e exclusivo, junto de ou dentro de um objecto concreto ou de um fenómeno. Ou, pelo contrário, podem de algum modo «possuir» determinados fenómenos e determinadas coisas (ou categorias de coisas), e dispor, por conseguinte, de maneira decisiva do respectivo comportamento e eficiência. São estas, e outras semelhantes, as concepções propriamente «animistas». Ou, então — num estágio ulterior de abstracção, que só é alcançado pouco a pouco —, podem «encarnar-se» temporariamente em coisas, plantas, animais ou pessoas. Ou, enfim — estágio supremo da abstracção, que muito raramente se mantém —, podem ser simplesmente «simbolizadas» por essas coisas, sendo, porém, elas pró-

prias entendidas como entes normalmente invisíveis que, de certo modo, vivem segundo as suas próprias leis. Entre esses estádios, há, naturalmente, as mais diversas formas de transição e de combinação. Logo em virtude das formas de abstracção mais simples, a que nos referimos em primeiro lugar, as forças «supra-sensíveis» susceptíveis de intervir nos destinos dos homens são concebidas à imagem e semelhança de um ser humano que intervém nos destinos do mundo em seu redor.

Mas tão-pouco os «deuses» ou os «demónios» são ainda algo pessoal ou permanente, e nem sequer têm sempre uma denominação particular. Um «deus» pode ser concebido como uma força que comanda o decurso de um dado fenómeno concreto (os «deuses momentâneos» de Usener), e na qual, em seguida, mais ninguém pensa, ou que só volta a interessar quando o fenómeno em questão se repete. Pelo contrário, o «deus» pode ser aquela força que, mesmo depois da morte de um grande herói, continua de algum modo a emanar dele. Em determinados casos, tanto a personificação como a despersonificação podem ser o acto que se segue. Ora aparecem deuses sem quaisquer nomes próprios, designados apenas em função do fenómeno sobre o qual têm poder, e cuja designação só paulatinamente — quando, em termos linguísticos, já deixou de ser entendida — vai adquirindo o carácter de um nome próprio; ora, pelo contrário, há nomes próprios de chefes poderosos ou de profetas que passaram a ser designação de forças divinas. Todavia, o mito arroga-se o direito de inverter este processo, tornando a fazer de puras denominações de deuses nomes pessoais de heróis divinizados. A possibilidade de determinada concepção de uma «divindade» vir a tornar-se perene, podendo então esta, em circunstâncias análogas, ser sempre abordada de novo por meios mágicos ou simbólicos, depende das mais variadas circunstâncias. Mas, em primeiro lugar, depende de o deus ser acolhido, e de que forma, ou na prática mágica dos feiticeiros ou na devoção pessoal de um potentado secular, em virtude das suas experiências próprias.

Aqui, registaremos como resultado do processo, simplesmente, a génese da «alma», por um lado, e dos «deuses» e «demónios», por outro lado. Regular as relações dessas forças «sobrenaturais» com os homens constituirá, doravante, o domínio do *procedimento* «re-